



Desvelando dogmas jurídicos: a interseção necessária entre direitos humanos, ética e técnica

Comentário editorial - Revista Thesis Juris
v. 12, n. 2, jul./dez. 2023

  **Dr. Alexandre Freire**

Editor-Chefe da Revista Thesis Juris
Universidade Nove de Julho – Uninove/São Paulo, SP

Para citar (ABNT NBR 6023:2018)

FREIRE, Alexandre Reis Siqueira. Desvelando dogmas jurídicos: a interseção necessária entre direitos humanos, ética e técnica. Comentário editorial. **Revista Thesis Juris – RTJ**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 1-3, jul./dez. 2023. <http://doi.org/10.5585/rjt.v12i2.25793>

A presente edição da revista Thesis Juris destaca-se pela diversidade de temas que permeiam as complexidades éticas e jurídicas contemporâneas. Dos debates sobre a tributação de robôs à análise da atuação da Corte Interamericana de Direitos Humanos, cada artigo oferece contribuições valiosas para a compreensão e reflexão sobre desafios cruciais em diferentes esferas do Direito.

Inicia-se a jornada reflexiva com a ponderação ética sobre tributar a automação, mergulhando nas teorizações de **Rawls, Bentham e Mills**. De acordo com o autor Saulo Nunes de Carvalho Almeida, a busca por uma tributação justa, capaz de equilibrar os avanços tecnológicos e mitigar desigualdades, é apresentada como um imperativo ético para a sociedade contemporânea.

Segue-se a análise da **Corte Interamericana de Direitos Humanos**, destacando avanços significativos no reconhecimento e proteção dos direitos indígenas. Neste segundo artigo Antônio Hilário Aguilera Uргуiza e Luyse Vilaverde Abascal Munhós destacam a importância

do diálogo intercultural e da compreensão das particularidades dos povos indígenas, contribuindo para um arcabouço jurídico mais inclusivo e sensível.

Explorando a [sustentabilidade ambiental em comunidades quilombolas](#), o terceiro ensaio ressalta a importância da preservação de conhecimentos tradicionais para o equilíbrio ambiental. De acordo com Jádna Cristina Germanio de Souza Ferreira e Beatriz Souza Costa, a análise do processo de reconhecimento dessas comunidades evidencia a relevância do papel jurídico na promoção da sustentabilidade.

O [quarto artigo](#) mergulha nas transformações institucionais decorrentes da pandemia de COVID-19, destacando como a ADI 6341 fortaleceu o federalismo brasileiro. Essa análise crítica de Laura Gabriella Muniz da Silva e Flavianne Fernanda Bittencourt Nóbrega ilumina o papel do Supremo Tribunal Federal na descentralização política, ressaltando as mudanças estruturais emergentes.

A quinta contribuição enfoca o [meio ambiente do trabalho](#), demonstrando a saúde como um bem ambiental indispensável. Neste artigo de autoria de Aler Baptista Freire Júnior e Lorraine Andrade Batista, a abordagem jurídica, aliada a considerações sociais, destaca a importância da tutela ambiental trabalhista na humanização do trabalho e na promoção da qualidade de vida.

A [sexta reflexão](#) aborda os desafios da linguagem personalizante dos filtros-bolha, revelando como essa dinâmica influencia a percepção individual. O artigo de autoria de Guilherme Sartori Hendges e Edna Torres Felício destaca a necessidade de compreender esses filtros como instrumentos de poder, sublinhando seu impacto nas ideologias e na formação de opiniões.

O [sétimo artigo](#) amplia a discussão democrática ao considerar as demandas periféricas na democracia liberal, utilizando a teoria do reconhecimento de Michael Walzer como base. Este estudo dos pesquisadores Filipe Cortes de Menezes e Dimas Pereira Duarte Júnior propõe uma reconfiguração dos instrumentos de participação democrática, visando incorporar demandas historicamente marginalizadas.

A [oitava contribuição](#) de autoria de Ana Beatriz Nóbrega Barbosa e Marcelo D'Angelo Lara explora os limites da discricionariedade no acordo de não persecução penal, questionando se este é um poder-dever do Ministério Público ou um direito subjetivo do investigado. Este debate aprofundado contribui para a compreensão das nuances das negociações no âmbito do direito penal.

O [nono ensaio](#) apresenta uma análise crítica da teleologia do Supremo Tribunal Federal na suspensão de decretos que flexibilizam o porte de armas. Os autores Emerson Ademir Borges de Oliveira e Clara Kelliany Rodrigues de Brito propõem uma abordagem equilibrada, considerando a realidade finalística das decisões para evitar excessos de ativismo judicial, promovendo um entendimento mais amplo e transparente perante a sociedade.

Encerramos com uma [análise instigante sobre os desafios éticos vinculados ao avanço da inteligência artificial \(IA\)](#), situando-se na interseção entre a inovação tecnológica e a responsabilidade inerente. Ao abordar temas críticos, como o viés algorítmico, a privacidade e a transparência, as autoras Geziela Iensue e Gabrielly Alves Carvalho destacam a urgência de estabelecer diretrizes éticas para orientar o desenvolvimento e a aplicação da IA. A análise propõe reflexões sobre como equilibrar o potencial transformador da IA com a proteção dos direitos individuais e valores éticos fundamentais. Este artigo complementar enriquece nosso entendimento sobre a necessidade premente de considerar a ética em paralelo ao progresso tecnológico, apontando para uma abordagem mais consciente e responsável no cenário da inteligência artificial.

Ao reunir estas reflexões, a revista [Thesis Juris](#) busca fomentar um diálogo interdisciplinar, enriquecendo o entendimento ético e jurídico das questões contemporâneas que moldam nosso cenário social. Cada artigo, à sua maneira, contribui para a construção de um arcabouço jurídico mais justo, inclusivo e sensível às demandas da sociedade em constante evolução.

A Revista expressa profundo agradecimento aos autores e autoras que contribuíram com seus trabalhos de alta qualidade e relevância. A dedicação e expertise demonstradas em cada artigo enriqueceram nosso periódico, oferecendo uma perspectiva valiosa sobre temas jurídicos contemporâneos. Reconhece-se e valoriza-se o esforço e a competência dos autores e das autoras, fundamentais para o fortalecimento do diálogo e avanço no campo jurídico.

Palavras-chave: comentário editorial; editorial; direito; Thesis Juris.